

PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO ENTRE POLICIAIS MILITARES: uma revisão de literatura

DOI: 10.48140/digitaleditora.2020.001.17

17

RESUMO

Objetivos: Este trabalho teve como objetivo geral caracterizar a prática da automedicação entre policiais militares que se encontram na ativa.

Métodos: Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho explicativo, de abordagem qualitativa, por meio de indexadores online, MEDLINE e PUBMED.

Resultados: Quanto os resultados, o ano de 2015 e 2016 obtiveram o maior índice de publicação (44%); a Revista de Saúde Pública obteve maior número de artigos publicados, apresentando 22,22%; a fonte *online* MEDLINE apresenta 55,55% da amostra, sendo a que mais disponibilizou estudos sobre a temática proposta.

Conclusão: Conclui-se que, a automedicação constitui prática frequente e grave problema de saúde pública, devendo-se a crescente expectativa de vida e a busca por longevidade, assentadas em experiências precedentes exitosas, sendo que, entre os policiais militares seu uso encontra-se ligado ao seu perfil eminentemente de estresse, destacando-se a relevância da atenção farmacêutica, competindo a este profissional a diminuição dos indicadores de automedicação, evitando o seu uso incorreto.

Maria de Jesus Sousa Ramos

Acadêmica do Curso de Bacharelado em Farmácia, AESPI Teresina – Piauí

 <https://orcid.org/0000-0003-3992-3008>

Raimundo Marciel Silva de Oliveira

Acadêmico do Curso de Bacharelado em Farmácia, AESPI Teresina – Piauí

 <https://orcid.org/0000-0002-8571-4664>

Francisco das Chagas Araújo Sousa

Médico Veterinário, Doutor em Ciência Animal e Professor Adjunto da AESPI – Ensino Superior do Piauí Teresina – Piauí

 <https://orcid.org/0000-0001-7244-9729>

PALAVRAS-CHAVES: Automedicação. Policiais militares. Prática. Riscos.

PRACTICE OF SELF-MEDICATION AMONG MILITARY POLICE: a literature review

DOI: 10.48140/digitaleditora.2020.001.17

17

ABSTRACT

Objectives: This work aimed to characterize the practice of self-medication among military police officers who are on active duty.

Methods: This was an explanatory literature search, with a qualitative approach, using online indexers, MEDLINE and PUBMED.

Results: Regarding the results, 2015 and 2016 had the highest publication rate (44%); the Revista de Saúde Pública obtained the largest number of published articles, presenting 22.22%; the online source MEDLINE presents 55.55% of the sample, being the one that most provided studies on the proposed theme.

Conclusion: It is concluded that self-medication is a frequent practice and a serious public health problem, due to the growing life expectancy and the search for longevity, based on successful previous experiences, and among military police officers its use is found if linked to his eminently stress profile, highlighting the relevance of pharmaceutical care, this professional is responsible for the reduction of self-medication indicators, avoiding their incorrect use.

Recebido em: 30/11/2020
Aprovado em: 10/12/2020
Conflito de Interesse: não
Suporte Financeiro: não houve

KEYWORD: Self-medication. Military policemen. Practice. Scratches.



INTRODUÇÃO

A automedicação é uma prática antiga, comum e pode estar associada, em alguns casos, ao uso inadequado de medicamentos. No Brasil, a automedicação é livremente praticada devido a inúmeros fatores, dentre os quais pode-se citar: a legislação brasileira que define o medicamento de venda livre; o medicamento que é visto como uma mercadoria qualquer; as indústrias farmacêuticas e suas práticas mercantilistas; o sistema de saúde precário onde o acesso a população se torna restrito ao médico (PAIM et al., 2016).

O Brasil é um dos principais consumidores mundiais de medicamentos, com o mercado de medicamentos atingindo 22,1 bilhões anualmente. O setor farmacêutico brasileiro é composto por aproximadamente 480 empresas que trabalham diretamente com a produção, distribuição e venda de medicamentos. O Brasil possui mais de 65 mil farmácias, que é uma proporção de 3,3 farmácias por cada 10 000 habitantes, número três vezes superior ao preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda uma farmácia para cada 10000 habitantes (DOMINGUES et al., 2015).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, a automedicação é entendida como parte das ações de autocuidado, que é definido como: o que as pessoas fazem por si mesmas para estabelecer e manter a saúde, prevenir e lidar com a doença. É um conceito amplo, já que este abrange higiene, nutrição, estilo de vida, fatores ambientais, fatores socioeconômicos e automedicação (FERNANDES; MATOS, 2016).

No Brasil, houve um consumo anual de 500 milhões psicotrópicos diferentes, conforme estatística da Organização Mundial de Saúde (OMS). Desses, 70% eram medicamentos para diminuir a ansiedade, ou seja, psicotrópicos. No mundo moderno e competitivo, a ansiedade faz parte do dia a dia, o ser humano muitas vezes consegue desligar de suas atividades somente se tomar uma droga (LAUREANO, 2016).

Uma das classes bastante afetadas por esse tipo de ansiedade é a dos policiais militares por exercerem um papel de suma importância perante a sociedade, e estando debaixo de um alto nível de estresse por estes serem responsáveis pela segurança. Trata-se de uma profissão que envolve um alto nível de periculosidade, na qual o policial militar está sujeito a sofrer lesões permanentes e até risco de morte (LAUREANO, 2016).

O profissional policial militar tem como dever principal exercer o bom funcionamento da segurança pública, seja submetido em missões ou em patrulhamento ostensivo nas ruas, sendo sujeito a condições de trabalho nas quais existem impactos emocionais e físicos (SOARES, 2017). Entender o peso do papel exercido pelos policiais militares é relevante para compreender os reflexos que esse trabalho exerce sobre a vida do indivíduo afetando a qualidade da saúde do mesmo (MACHADO; MACHADO, 2015).

A relação entre automedicação e a carreira policial é importante a ser discutida, já que estes indivíduos lidam com vidas e arma de fogo, e os efeitos ao uso de tais medicamentos podem alterar o seu estado e contribuir ainda mais para o declínio de sua qualidade de vida (COSTA et al., 2015).

Como se caracteriza a prática da automedicação entre os policiais militares que se encontram permanentemente no policiamento ostensivo das ruas?

A automedicação é uma prática comum entre os policiais militares que realizam policiamento ostensivo nas ruas da cidade. A prática da automedicação é diretamente proporcional ao tempo de corporação dos policiais militares; os ansiolíticos (medicamentos depressores do sistema nervoso central) são os medicamentos mais utilizados pelos policiais militares na prática da automedicação; dentre os principais fatores que levam os policiais militares a praticarem a automedicação destacam-se: o difícil acesso à consulta médica na rede pública e a facilidade em conseguir os medicamentos no balcão das farmácias; a maioria dos policiais militares desconhece os riscos oriundos da prática da automedicação. Os policiais militares sentem uma considerável dependência aos medicamentos que utilizam na prática da automedicação.

O conceito de automedicação também foi enfatizado como uma forma de autocuidado antiga que se tornou uma herança cultural e refere-se ao uso de medicamentos sem prescrição de um profissional habilitado, com base geralmente em informações populares ou antigas prescrições sendo essa atitude muito perigosa à saúde das pessoas, mas que por outro lado serve de complemento do sistema de saúde, quando não é possível o acesso ao serviço médico (SODRE, 2013).

No Brasil, para atender a essas necessidades da população em relação à saúde, foi criado em 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) propondo acesso integral, universal e gratuito ao serviço de saúde, que variam desde o atendimento ambulatorial do SUS, a população ainda procura novos meios de conseguir a saúde de forma mais rápida, e acabam por procurar formas mais práticas de conseguir restabelecer a saúde, uma delas é a automedicação (NASCIMENTO, VALADÃO, 2013).

Ante a procura por uma resposta mais eficaz ou por formas mais práticas de se restabelecer a saúde para as atividades cotidianas, os brasileiros acabam por optar pela automedicação, segundo dados de uma pesquisa realizada em 2016 pelo Instituto de Ciências e tecnologia e Qualidade (ICTQ), 72% dos brasileiros realiza a prática da automedicação, e aumentam a dosagem por conta própria (SELLA, 2017). É importante que nós, como futuros profissionais de Farmácia, compreendamos o quanto necessário é, que desenvolvamos estudos voltados para a conscientização da população sobre os riscos da automedicação.

O presente trabalho tem como finalidade a orientação e a conscientização do uso de forma indiscriminada de medicamentos por profissionais da segurança pública, em específico, os policiais militares que diuturnamente se submetem a altas car-

gas de estresse que no decorrer dos anos corroboram para o surgimento de doenças crônicas devido a atividade ocupacional destes profissionais, que estes na maioria das vezes deixam de procurar a orientação de um profissional de saúde ou médico para diagnosticar e tratar de forma correta os problemas decorridos da atividade ocupacional que exercem, evitando assim o uso da automedicação.

Este trabalho teve como objetivo geral caracterizar a prática da automedicação entre policiais militares que se encontram na ativa.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho explicativo, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de material já elaborado e publicado, constituído principalmente de revistas e artigos científicos. Sua finalidade, entretanto, é colocar o pesquisador em contato com o que foi produzido a respeito do seu tema de pesquisa (MINAYO, 2017).

O caráter explicativo tem por objetivo explicar os fatos e fenômenos de tal realidade. No entanto, estudo explicativo é aquele que expõe as características de originada população, condição ou fenômeno. Na pesquisa descritiva, o assunto do estudo já é conhecido, e a contribuição é de adequar uma nova visão sobre este fato. A pesquisa qualitativa é aquela que trabalha com informações qualitativas, ou seja, a informação colhida pelo pesquisador não é divulgada em números. Entretanto, os dados qualitativos abrangem também dados não expressos em palavras, como fotografias, vídeos, desenhos, dentre outros (GIL, 2010).

O levantamento bibliográfico para a pesquisa foi realizado por meio de indexadores online, Base de dados da literatura internacional da área médica e biomédica (MEDLINE) e Publicações médicas (PUBMED).

Os dados foram coletados no período de agosto a outubro de 2020, por meio de levantamento bibliográfico realizado em trabalhos publicados nas bases de dados: PUBMED e MEDLINE, utilizando-se os descritores: automedicação, policiais militares, prática e riscos; estes todos cadastrados nos Descritores em Ciência da saúde (DECS).

Foram incluídos na pesquisa artigos que tratem da prática da automedicação entre policiais militares, artigos originais publicados no período de 2015 a 2020, com resumos de textos completos, nos idiomas português e inglês. Já os critérios de exclusão foram artigos que abordem sobre outros assuntos relacionados a automedicação, assim como artigos que estejam incompletos, teses, dissertações, estudos, as repetições em bases de dados diferentes e as publicações anteriores a 2015.

No processamento e análise dos dados para a seleção dos artigos foram observadas algumas características dos estudos, através de um roteiro contendo identificação do artigo (autores, objetivos, população estudada e resultados). A síntese dos dados extraídos dos artigos foi apresentada de forma descritiva através de quadros, reunindo o conhecimento produzido sobre o assunto investigado na presente revisão bibliográfica.

RESULTADOS

A Tabela 01 mostra que dentre os anos de publicação dos artigos, o ano de 2015 e 2016 obtiveram o maior índice de publicação com 44% cada ano e, em 2020, teve uma pequena prevalência com 12%, destacando-se a ausência de publicações no período correspondente ao intervalo de 2017 a 2019.

Tabela 01. Distribuição dos estudos incluídos na amostra, referentes ao ano de publicação

ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO ABSOLUTO	%
2015	04	44%
2016	04	44%
2020	01	12%
TOTAL	09	100%

Fonte: Pesquisa realizada em bases de dados.

Quanto aos periódicos, na Tabela 02 observa-se que a Revista de Saúde Pública obteve maior número de artigos publicados, apresentando 22,22%. Os demais periódicos, formando um total de 07, tiveram apenas 01 artigo utilizado no estudo cada uma (11,11%), que somando contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Tabela 02. Distribuição dos estudos incluídos na amostra, referentes ao nome do periódico

NOME DO PERIÓDICO	NÚMERO ABSOLUTO	%
Revista de Saúde Pública	02	22,22%
Ciência e Saúde Coletiva	01	11,11%
Revista Trabalhos Acadêmicos	01	11,11%
Rev Cient. Pesq Segurança pública	01	11,11%
Revista Transformar	01	11,11%
Revista Contexto & Saúde	01	11,11%
Revista Graduação publ. TCC	01	11,11%
Saúde e Meio Ambiente	01	11,11%
TOTAL	09	100%

Fonte: Pesquisa realizada em bases de dados.

Observa-se na Tabela 03 que a fonte online MEDLINE apresenta 55,55% da amostra, sendo a que mais disponibilizou estudos sobre a temática proposta, seguido da fonte online PubMed com 33,33% da amostra. Já a fonte online LILACS foi a que menos disponibilizou estudos sobre o tema estudado com apenas 11,11%.

Tabela 03. Distribuição dos estudos incluídos na amostra referentes à fonte online de publicação

ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO ABSOLUTO	%
LILACS	01	11,11%
MEDLINE	05	55,55%
PubMed	03	33,33%
TOTAL	09	100%

Fonte: Pesquisa realizada em bases de dados.

O Quadro 01 diz respeito aos autores das bases teóricas utilizados na pesquisa, de forma que se evidenciou que todos trataram-se de artigos científicos; o autor do artigo, bem como o tipo de estudo, o objetivo e os resultados referente a cada publicação utilizada na construção da pesquisa.

Quadro 01: Distribuição dos autores, tipo de estudo, objetivos e resultados

Autor	Tipo de estudo	Objetivo	Resultados
Kramer; Oliveira; Cavalcanti (2020)	Estudo exploratório descritivo	Analisar a prevalência de automedicação entre usuários de Unidades Básicas de Saúde da cidade de Monte Alegre- RN / Brasil	Observou-se que 83% dos entrevistados praticavam automedicação, destes, 34%, praticam mensalmente. As principais justificativas para a prática: dificuldade de acesso aos serviços de saúde (50%), razões financeiras (28%) e falta de tempo (22%). Os medicamentos mais utilizados foram: analgésico (63%), anti-inflamatório (13%), e sedativo / hipnótico (7,0%). A maioria (55%) afirmou ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o significado da automedicação.
Soterio; Santos (2016)	Revisão da literatura	Realizar uma avaliação de índices de automedicação em diferentes regiões do Brasil, quais os medicamentos mais utilizados e o papel do farmacêutico no uso racional de medicamentos.	O estado do Amazonas é onde ocorrem os maiores índices de automedicação, seguido por Tocantins. Os analgésicos foram a classe terapêutica que apresentou maior incidência de consumo. Observou-se no estado de Minas Gerais os anti-gripais estão em segundo lugar e em terceiro lugar no Tocantins. Em Amazonas e Pernambuco os antitérmicos são a segunda classe mais utilizada.
Paim et al (2016)	Pesquisa qualitativa	Sintetizar as publicações brasileiras que discorressem sobre a temática	O principal motivo para a automedicação está no alívio da dor por meio de analgésicos. Em relação à faixa etária, todas estão expostas à automedicação, porém as crianças e os idosos são os que apresentam maiores riscos. Constatou-se também a alta prevalência da automedicação entre os profissionais da área da saúde.
Oliveira; Mota; Castro (2015)	Pesquisa bibliográfica	Analisar o uso abusivo de drogas hipnóticas e ansiolíticas da classe dos BZDs e contribuição do farmacêutico no controle indevido de medicamentos	Nota-se que há uma falha tanto na prescrição dos BZDs, quanto no momento em que o farmacêutico promove a dispensação.

Martello; Fitt (2015)	Estudo descritivo	Realizar um levantamento quanto ao uso de drogas psicotrópicas na vida, por policiais militares em 05 unidades da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande.	O consumo de drogas psicotrópicas observado por membros da PMMT, e, embora semelhante à de outros estudos, conclui-se que estes profissionais estão sujeitos a riscos de se tornarem usuários de drogas lícitas e ilícitas e alerta em relação à necessidade de implantação de políticas específicas de controle ao consumo de drogas nas corporações militares.
Furlan (2016)	Estudo descritivo	Realizar um levantamento do perfil da população adulta, residente da cidade de Americana e região, em relação ao uso da automedicação	Os resultados demonstraram que grande parte da população em estudo (60%) faz uso de medicamentos sem prescrição médica e não tem conhecimento sobre os riscos e eventos adversos que esta prática pode causar.
Domingues et al (2015)	Revisão sistemática	Avaliar a prevalência da automedicação na população adulta do Brasil.	A prevalência da automedicação nos três estudos de alta qualidade metodológica com período recordatório de 15 dias foi 35,0% (IC95% 29,0;40,0, I2 = 83,9%) na população adulta brasileira.
Costa et al (2015)	Pesquisa de campo	Verificar a prevalência do uso de drogas psicoativas entre policiais militares do Estado de Goiás	Os resultados apontaram a presença das drogas: anfetaminas (0,33%); canabinoides (0,67%); benzodiazepínicos (1,34%); 97,66% foram resultados negativos. A distribuição dos casos positivos foi: benzodiazepínicos (57,1%); canabinoides (28,6%) e anfetaminas (14,3%).
Arrais et al (2015)	Este estudo transversal de base populacional	Analisar a prevalência e os fatores associados à utilização de medicamentos por automedicação no Brasil.	A prevalência da automedicação no Brasil foi de 16,1%, sendo maior na região Nordeste (23,8%. Após análise ajustada, automedicação mostrou-se associada a ser do sexo feminino, pertencer às faixas etárias 10-19 anos, 20-29 anos, 40-59 anos e 60 anos ou mais, residir na região Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, e ter uma ou duas ou mais doenças crônicas.

Fonte: Pesquisa realizada em bases de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consoante Domingues et al (2015), a automedicação é praticada por uma grande parcela da população, sendo que em países em desenvolvimento, sua prevalência é bem maior; este fato deve-se a crescente expectativa de vida e a busca por longevidade, por meio do uso de medicamentos, em que estes são concebidos como bens de consumo, contribuindo para importantes mudanças como crescimento do perfil dos consumidores das classes A, B e C.

Observou-se que, a automedicação, desse modo, vem se perpetuando ao longo dos tempos, como prática bastante comum especialmente fundamentada em experiências precedentes bem sucedidas por meio do uso e armazenamento de analgésicos e antitérmicos, como cita Furlan (2016).

Para Arrais et al (2015), as transformações pelas quais vem passando o Brasil no que se refere a saúde – envolvendo aquisições financeiras e de infraestrutura, ampliação dos serviços de saúde – buscam a garantia ao acesso gratuito e uso coerente de medicamentos; caracterizando-se distintamente segundo as desigualdades regionais visualizadas, onde a acessibilidade aos serviços médicos está colaborando para um menor índice de automedicação. Além disso, vale destacar que, essa prática não

estar relacionada ao poder aquisitivo, haja vista que, os medicamentos mais consumidos apresentam baixo custo, facilidade de acesso e prescrição reiterada. Outrossim, apesar da isenção de prescrição para a automedicação, não são isentos de risco, requerendo-se cuidado profissional quanto às possíveis intoxicações, bem como efeitos colaterais.

De acordo com Costa et al (2015), verificou-se que a utilização de drogas psicoativas em policiais militares, pode ser considerada significativa, fazendo-se necessário a elaboração de leis específicas, que possibilitem a implantação de testes em amostras biológicas, visando um controle mais efetivo da corporação, minimizando o uso indiscriminado dessas drogas.

Martello e Fett (2015) relatam que a utilização de drogas psicotrópicas na PMMT assemelha-se de maneira geral as tendências de estudos brasileiros e internacionais relatados na literatura científica, onde tais profissionais encontram-se sujeitos a riscos de dependência, despertando a atenção para a implantação de políticas de controle nas corporações militares, levando em conta seu perfil eminente estresse, apresentando um elevado índice de consumo de drogas psicotrópicas, buscando extravasar essa tensão.

Neste cenário, Soterio e Santos (2016), fica demonstrada a relevância da atenção farmacêutica, sendo este profissional responsável na diminuição dos indicadores de automedicação, evitando o uso incorreto de medicamentos.

Para Oliveira, Mota e Castro (2016), cabe ao profissional de saúde analisar o uso de medicamento focando nos riscos, benefícios e a efetiva necessidade de sua utilização, sendo que, isso possibilitará resultados positivos na qualidade de vida do paciente, fundamentando-se numa prescrição segura e assistência farmacêutica com orientações para o uso correto.

Segundo estudos de Kramer, Oliveira e Cavalcanti (2020), ficou evidenciado o imperativo de atuações de cunho educativo em saúde, visando nortear a população sobre os riscos da automedicação, podendo estar camuflando a sintomatologia de inúmeras patologias, comprometendo a saúde do usuário.

Do mesmo modo, Arrais et al (2015) finaliza ao declarar que, para uma automedicação responsável, preconizada pela Organização Mundial da Saúde, deve ser vislumbrado pelo governo maior investimento para promover a racionalização de medicamentos, por meio de estratégias formativas de profissionais de saúde.

Os estudos demonstraram que a automedicação repercute como problema de saúde pública, cabendo aos profissionais de saúde conscientizar a população acerca dos riscos advindos dessa prática, emergindo a necessária de sua prevenção permanente, reduzindo a mortalidade acarretada pela automedicação indevida (PAIM et al, 2016).



CONCLUSÃO

Os resultados vistos no estudo relatam que, a automedicação constitui prática frequente e grave problema de saúde pública, devendo-se a crescente expectativa de vida e a busca por longevidade, assentadas em experiências precedentes exitosas, sendo que, entre os policiais militares seu uso encontra-se ligado ao seu perfil eminentemente de estresse, destacando-se a relevância da atenção farmacêutica, competindo a este profissional a diminuição dos indicadores de automedicação, evitando o seu uso incorreto.

Para tanto, indispensável se faz a implantação de estratégias que promovam racionalização de medicamentos, buscando a qualificação profissional para melhor atender as necessidades da comunidade como um todo conscientizando-a sobre os riscos e conseqüências da prática indevida da automedicação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVITCH, S., ARAGÃO, L. O. e C. de. Depressão na infância e adolescência. Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto, UERJ. Ano 10, Janeiro a Março de 2011.
- AMERICAN PYSCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DS-M-V. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: Acesso em 24 de jul. 2020
- BARBOSA, E.S da S., RODRIGUES, K.S.R. Antidepressivos utilizados por adolescentes assistidos no centro de atenção psicossocial (CAPS II) em cidade OCIDENTAL-GO. Revista JRG de Estudos Acadêmicos - Ano III, v. III, n.7 ,jul./dez.2020.
- BOEIRA, F.O.; ANDRADE, C.A. Assistência Farmacêutica e Políticas Públicas em Saúde Mental no Município de Pinhais. Cadernos da Escola de Saúde, Curitiba, v. 1, n. 13, p. 14-25. 2014
- CONSELHO BRASILEIRO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA- CBAT: proposta. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. p.30. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf> Acesso em: 12 nov.2020.
- CURATOLO, E., BRASIL, H. Depressão na infância: peculiaridades no diagnóstico e tratamento farmacológico. Conferência clínica Journ.Psiquiatr. v. 54, n.3, p.170-176, 2005.
- GUSMÃO, A.B de., MACHADO, R.M.X., FERREIRA, B.W.R.C., DUARTE, L de S.M ., COUTINHO, M.B., MACEDO, C.L. Tratamento da depressão infantil: atuação multiprofissional do psicólogo e do farmacêutico.Temas em Saúde, v.20, n. 1. p.428-450, João Pessoa, 2020.
- CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E.; SANTOS, A.A.A. Inventário de depressão infantil (CDI): análise dos parâmetros psicométricos. Revista de Psicologia, v. 20, n. 2, p, 473-490, 2008.
- FACÓ, M.L. Um Mosaico da Depressão: dos Sujeitos Singulares aos Transtornos Universais. São Paulo: Escuta, 2008..
- FERNANDES, L.L. Transtorno de ansiedade generalizada (TAG): Uma breve análise. Revista FAROL – Rolim de Moura – RO, v. 10, n. 10, p. 155-165, jul./2020.
- GOODMAN, L.S. e GILMAN, A. As bases da farmacologia farmacêutica de Goodman & Gilman. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- MARQUES, L.A.M.; GALDUROZ, J.C.F.; NOTO, A.R. Pharmaceutical care to patients treated with antidepressants. Revista de calidad asistencial, Barcelona, v. 27, n. 1, p. 55-64, 2012.
- MIRANDA, M.V, ARAÚJO, W da C., CASTRO, F.N.G de. ALVES, L.P.L., DIAS, C., REGO, M.M., POPPE, M da CM., DIAS, R.S. DEPRESSÃO INFANTIL: aspectos gerais, diagnóstico e tratamento. Cad. Pesq., São Luís, v. 20, n. 3, set./dez. 2013.
- MILLER, J.A. O Livro de Rerência para a Depressão Ifantil. 1 ed. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.
- MONTEIRO, K.C.C.; LAGE, A.M.V. A depressão na adolescência Psicol. Estud.v.12, n. 2, Maringá, Mal/Ago. 2007.
- NEVES, A.L.A. Tratamento farmacológico da depressão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Fer-

nando Pessoa, Porto, 2015.

Organização Mundial da Saúde. Rio de Janeiro: OMS; 2017 Disponível em: Acesso em 10 maio 2018.

OBARA, F., AVILA, R.N.P., SILVA, L.L da. Uso de antidepressivos entre adolescentes. <https://www.inesul.edu.br/revista/> Acesso em: 13 nov.2020.

OLIVEIRA, W.R., FREITAS, D.L., SANTIAGO, R.O., CAMPOS, S.T.P., MORAIS, I C.O de. A utilização de antidepressivos na adolescência. Unicatólica. Mostra Científica da Farmácia. v.6, n.1, 2019.

QUEVEDO, J.; NARDI, A.E.; DA SILVA, A.G. Depressão: Teoria e Clínica. Artmed Editora, 2018, p. 252.

REYES, A.N; FERMANN, I.L. Eficácia da terapia cognitivo-comportamental no transtorno de ansiedade generalizada. Rev. bras.ter. cogn., Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 49- 54, jun. 2017.

POISK, C.C., POISK ,E.Á.C., MIOTTO, J.F.S., LINATEVICH, V.F. Psicopatologias na infância e na adolescência. FAG Journal of Health – ISSN 2674-550X, 2019, v.1, n.4, p. 91

ZANELLA, C.G.; AGUIAR, P.M.; STORPITIS, S. Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em Centros de Atenção Psicossocial Adulto no município de São Paulo, SP, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 20, n. 2, 2015.